



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Araraquara
 FORO DE ARARAQUARA
 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
 RUA DOS LIBANESES, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1008954-77.2018.8.26.0037 - Controle nº: 2018/001590**
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Rosenildo de Oliveira Miranda e outro**
 Autor da Herança (Passivo): **Thiago de Oliveira Miranda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fernando de Oliveira Mello

Vistos.

Trata-se de pedido de alvará aforado por **Rosenildo de Oliveira Miranda e Elza Maria da Silva Miranda** requerendo autorização judicial para levantamento de valores existentes à título de rescisão contratual, depositado junto ao Banco Bradesco, bem como, saldo de FGTS, junto à Caixa Econômica Federal em nome de seu falecido filho **Thiago de Oliveira Miranda**.

Os requerentes juntaram documentos comprovando a qualidade de herdeiros do *de cujus*.

É o relatório. Fundamento e decidido.

Está comprovado nos autos que os requerentes, genitores do *de cujus*, são seus herdeiros e a expedição dos alvarás solicitada é necessária ao levantamento dos valores pretendidos.

Muito embora tenha havido divergência entre o valor informado a fls. 15, que se trata de verba rescisória depositada junto ao Banco Bradesco e o saldo encontrado em pesquisa junto ao BACEN JUD de fls. 36/37(a menor), por celeridade e economia processual, diante do peticionamento de fls. 40, **DEFIRO** o pedido inicial para expedição de alvarás. Eventualmente, caso seja necessário, a instituição poderá ser instada a esclarecer a situação em meios próprios.

Sendo assim, expeçam-se alvarás ao Banco Bradesco e à Caixa Econômica Federal, com prazo de validade de um ano, autorizando os requerentes a efetuarem o levantamento de todos os valores contidos em contas bancárias em nome do *de cujus*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA DOS LIBANESES, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425

Havendo preclusão lógica do direito de recorrer, declaro o trânsito em julgado da sentença nesta data.

Sem custas, eis que deferidos os benefícios da gratuidade da justiça.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 16 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**